

Além disso, a mulher de alcova tendia ao sedentarismo, prejudicial não só a ela e ao feto, mas também ao recém-nascido. A falta de exercício físico comprometia a amamentação: «O exercício ao ar livre é uma necessidade imperiosa para a mulher que aleita. Pela vida sedentária perde o leite as qualidades nutritivas e diminui consideravelmente. Compreende-se facilmente esta influência tão notável que a vida sedentária exerce sobre a quantidade e sobre a qualidade do leite, pois basta observar-se a relação constante que existe entre uma boa digestão e um exercício moderado (...). São portanto úteis os exercícios ao ar livre, os passeios». ⁸¹

O sedentarismo forçava, ainda, a mulher a portar espartilhos, a fim de combater a flacidez muscular, que comprimiam o ventre e os seios afetando suplementarmente a gravidez e o aleitamento. ⁸²

O ciclo anti-higiênico nutria-se de seus próprios efeitos e tinha, na mulher, seu pivô. Pálida, flácida, doentia, ela gerava e amamentava mal seus filhos. Confinada nas alcovas, expunha, através das marcas deficientes do seu corpo, as provas de condenação do mundo colonial.

Apoiando-se nas características físicas das mulheres, a medicina afinava suas críticas com as exigências da urbanização. Fazia coro com cronistas, viajantes e imigrantes europeus que viam em toda aparência física diversa das suas sinal de inferioridade e degradação racial. Gorda, caseira, descolorida, tinha sido a mulher do patriarca colonial. Seu corpo era o equivalente biológico de sua função econômica, social e cultural. A cor e a textura de sua pele exprimiam os signos elitistas que os senhores buscavam exibir. Num período em que a cor da pele distinguia, quase por si só, senhores de escravos, dominantes de dominados, a tez branca era tão importante quanto os braços de linhadem ou a posse de terras. A pele fina e alva era uma manifesta-

ção do racismo conservador das elites. O físico da mulher respondia ao comando ideológico de seu grupo social.

Por outro lado, o confinamento doméstico feminino era distintivo do seu nível social, em outro sentido. A rua colonial era um local reservado a homens, vagabundos, capoeiras, ciganos, ladrões, negros, quadrilheiros, prostitutas, mendigos ou penitentes. A mulher de elite evitava-a. Quando, eventualmente, saía às ruas recobria-se com mantilhas, que protegiam-na da indiscrição pública e exibiam seu pudor senhorial. Essas raras ocasiões estavam rigidamente previstas: passeios com a família por ocasiões de festas públicas e obrigações religiosas.

Quanto à gestação e à amamentação, ambas traduziam o modo como a família antiga concebia o valor da vida, da prole e da infância. Engravidar e amamentar são eventos biológicos indissociavelmente ligados a uma certa concepção da maternidade, da mulher, do casal e dos filhos, concepção esta mutável ao longo da história. O sentimento colonial, com respeito a esses fenômenos, contrariava as expectativas da cidade, do Estado nacional e do poder médico, como será visto em seguida.

Entretanto, voltando à casa, é importante perceber como sua organização higiênica implicava um remanejamento do papel da mulher e a conseqüente metamorfose da família.

A mulher colonial tornou-se, com a urbanização, uma anacronia. A penetração do capitalismo industrial europeu no Brasil dinamizou a vida social e, como já observamos, a vida privada. As «enclausuradas nas alcovas» tornaram-se «antifuncionais». A corte requeria a «mulher de salão», a «mulher da rua». Os grandes negócios e o pequeno comércio exigiam uma e outra, respectivamente. A mulher de posses deveria saber receber as visitas do marido, estar presente à mesa e às conversações.

Paralelamente, deveria penetrar-se de sua nova situação social, abandonando seus antigos hábitos e europeizando seu corpo, seus vestidos e seus modos. As mulheres começaram a desprezar as mantilhas, a descobrir os rostos e a revestir-se com artigos franceses e ingleses. As ruas que concentravam o comércio feminino começaram a encher-se. Os vendedores e mascates de portas perdiam a utilidade. A casa perdia sua auto-suficiência. A cidade dominava a família.

81. Camarano, João Baptista Capelli. *Da alimentação nas primeiras idades — estudo crítico sobre os diferentes métodos de aleitamento*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1884, p. 20.

82. Sá, José Marques de, op. cit., p. 53.

Diante da grande e pequena burguesia européias, não bastava ser branco, católico ou proprietário de terras. Estas qualidades diluíam-se, agora, em meio a uma população que desprezava em bloco o atraso e o primitivismo locais. As mulheres tinham que expor-se ao mundo em teatros, recepções oficiais e restaurantes públicos que começavam a surgir. A nova etiqueta, o novo código de relacionamento social impunham essas formas de sociabilidade. A semelhança física e de costumes com os europeus, já higienizados e domesticados em seus países de origem, era indispensável ao reconhecimento social e ao sucesso econômico da família. Os estigmas do brasileiro colonial e senhoreal passaram a funcionar com o sinal negativo. E tudo que pudesse favorecer a persistência ou a reprodução destes estigmas passou a ser renegado, como o foi a habitação tradicional.

A casa higiênica era, por conseguinte, um dos trunfos médicos na luta contra a família clássica em favor da mulher. Mas também em favor da criança. Em nome das crianças, a higiene insurgia-se contra a insalubridade reinante nas residências: «...alguns pais se persuadem que privando os filhos sempre da impressão do ar, lhes mostram verdadeiro amor, e com esses cuidados não fazem mais que acostumá-los a serem demasiadamente cautelosos, a receberem hábitos, que não deviam possuir, e os tornam efeminados, e sofreadores de males que um só instante de descuido pode ocasionar». ⁸³ No mesmo tom, uma exortação do mesmo tipo proclamava: «Não é possível, que se enriqueça um Estado de homens bem constituídos e sadios adotando-se o costume de se educarem os meninos clausurados em casa e privados da fruição de um ar livre e do exercício, que tão essencialmente coopera para a saúde sua. Os indivíduos que, desde o seu nascimento, se vêem rodeados de imprudentes desvelos, com que muitas vezes a inexperiência ou o amor mal entendido dos pais lhes coíbem o darem a necessária expansão à inclinação natural para os passeios e para outros entretenimen-

83. Ubatuba, Manoel Pereira da Silva. *Algumas considerações sobre a educação física*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845, p. 13.

tos que agradam às crianças, serão sempre homens incompletos, próprios para viverem uma vida de um eunuco de algum Harém da Turquia e incapazes de encararem as contrariedades do mundo, às quais sem dificuldade sucumbirão». ⁸⁴

A assepsia da casa era condição de existência da recém-nascida mulher e da recém-descoberta criança. Ambas exigiam um ambiente cuidadosamente decantado das impurezas do passado, não só físicas, como humanas. Este foi um dos móveis da atenção dedicada ao escravo pela medicina social.

A escravidão colocava à higiene alguns problemas específicos. A tática médica de controle dos indivíduos pressupunha a existência de um «cidadão perfeito, livre e trabalhador» para que a «articulação necessária entre o sujeito do contrato social e o sujeito da disciplina» pudesse concluir-se. ⁸⁵ O escravo era um empecilho a este projeto: não era livre, nem sujeito do direito burguês. Sua presença era um desafio à higiene, que via nele um bolsão de resistência ao poder normalizador. A questão posta aos médicos era a de como converter o escravo à ordem médica, recusando-lhe os benefícios que, em troca da adesão, eram oferecidos aos senhores brancos.

A incongruência ideológica do liberal-escravagismo, com a qual os médicos compactuavam, tornava-se, aqui, inoportuna. A felicidade física e racial, a riqueza econômica e espiritual, prometidas pela higiene à família branca, não podiam estender-se ao escravo. Ele deveria continuar na posição em que sempre estivera. No entanto, sua função tinha que ser transformada. Cumplice no funcionamento da casa antiga, deveria tornar-se agente de mudança familiar. O problema consistia, portanto, em modificá-lo higienicamente, sem alterar sua posição social e seu estatuto civil. Os médicos criaram, então, um outro procedimento tático: inverteram o valor do escravo. De «animal» útil ao patrimônio e à propriedade, ele tornou-se «animal» nocivo à saúde. Seu lugar disciplinar foi, deste modo, garantido.

84. Mello, Joaquim Pedro de, op. cit., p. 82.

85. Machado, Roberto, et alii, op. cit., p. 354.

Alinhado junto com «miasmas», «insetos», «maus ares» e maus hábitos, o escravo tornou-se o veneno que a família absorvia, acreditando alimentar-se. A medicina apresentava-o como fonte de doenças orgânicas: «... entre as escravas, que além de serem em geral estúpidas, grosseiras e o seu moral extremamente viciado, o seu organismo é, de ordinário, a sede de grande cópia de moléstias, bem como a sífilis e a diatese escrofulosa, o linfatismo». ⁸⁶ Também como produtor de defeitos morais: «O escravo gera a preguiça, a indolência, a soberba, a vaidade e a tirania do seu senhor». ⁸⁷ A escravidão, ao lado disso, era tida como causa de prostituição: «A escravidão portanto dos negros e seu avultado número são as causas que figuram em primeiro lugar na prostituição do Rio de Janeiro». ⁸⁸ E não só de prostituição, mas de inúmeros outros desregramentos morais e sexuais: «Os negros estúpidos e broncos por natureza e educação, desconhecendo o sentimento do pudor e da castidade, e dotados de um temperamento erótico e consequentemente muito libidinoso, são neste estado lançados no seio de nossas famílias como verdadeiros autômatos de nossa vontade, o nosso *fac totum*, sobretudo os do sexo feminino». ⁸⁹ Os escravos, finalmente, eram acusados de corromper os lares, seduzindo os senhores, de praticarem o aborto e o infanticídio e de não pertencerem à humanidade por não «poderem ter amor, pátria, família e amigos». ⁹⁰

A virulência na condenação ao escravo ocupou uma posição extremamente importante nas manobras do poder médico. Ela foi ponto de apoio para a normalização da família, em vários sentidos. A escrava foi usada contra a mulher, com o objetivo

de culpá-la e torná-la responsável pela infelicidade, doença e morte dos filhos. Foi, também, usada como lente deformadora da conduta sexual dos homens, que passaram a ver em seu corpo o perigo das doenças venéreas e da degeneração da prole. Enfim, os escravos em geral, homens e mulheres foram manipulados de modo a criar na família repulsa à sua própria casa que, de lugar de abrigo e proteção tornou-se, com a higiene, local de medo e suspeição.

A DISCIPLINA DOMÉSTICA: DA PRÔMISCUIDADE AO «INTIMISMO»

Em 1823, José Bonifácio, em representação à Assembléia Constituinte dizia: «que educação podem ter as famílias que se servem com esses infelizes sem honra, sem religião? que se servem com as escravas, que se prostituem ao primeiro que as procura? Tudo se compensa nesta vida. Nós tirizamos os escravos e os reduzimos a brutos animais; eles nos inculcam toda a sua imoralidade e todos os seus vícios. E, na verdade, senhores, se a moralidade e a justiça de qualquer povo se fundam, parte nas suas instituições religiosas e políticas, e parte na filosofia, por assim dizer, doméstica de cada família, que quadro pode apresentar o Brasil quando o consideramos de baixo desses dois pontos de vista». ⁹¹

Este discurso poderia sintetizar a tendência geral do pensamento abolicionista.

Com raras exceções, a autodefesa de classe e raça orientava a maior parte da propaganda antiescravagista, que tinha no interesse pela sorte dos oprimidos sua menor motivação.

A medicina remanejou habilmente essas idéias adaptando-as a seus objetivos. A condenação médica à escravidão fundamentava-se nas mesmas razões da crítica política: a degradação dos

86. Vianna, Murilo Mendes. *Do aleitamento natural, artificial e misto em geral, e particularmente do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1869, p. 41.

87. Cunha, Herculano Augusto Lassance. *Dissertação sobre a prostituição em particular na cidade do Rio de Janeiro*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845, p. 32.

88. *Ibid.*

89. Macedo Junior, José Alvares de Azevedo. *Prostituição*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1869, p. 25.

90. Moura, Francisco José Coelho de. *Do aleitamento natural, artificial e misto em geral e particularmente do mercenário, em relação às condições em que ele se acha no Rio de Janeiro*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1874, p. 23.

91. José Bonifácio. *Representação à Assembléia Geral Constituinte*, citado por Freyre, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, op. cit., p. 392.

costumes familiares. Os males que se imputavam aos escravos eram infinitos. Além de corromperem moralmente o branco, transmitiam-lhe suas doenças, escandalizam sua consciência liberal e promiscuavam, através de seu elevado número, o ambiente interno da casa. Este último «crime» foi particularmente importante no processo de reorganização da intimidade familiar.

A habitação sadia deveria obedecer a certas regras em seu povoamento. A higiene descobria que o coeficiente de saúde variava em função da relação entre número de indivíduos e dimensão das peças que os abrigavam. Os aposentos deviam ser ventilados e iluminados, mas, ao mesmo tempo, guardar uma certa proporção entre número de pessoas e metros cúbicos de ar puro. As «casas de pequenas frentes, grandes fundos, nada ventiladas e formigando de habitantes» eram condenadas, pois criavam uma «atmosfera impregnada de princípios deletérios, de gases nocivos, de ar degenerado» que não se prestava à respiração saudável.⁹²

Este ambiente prejudicava especialmente às crianças. «É muito inconveniente dormirem muitas pessoas no mesmo quarto com uma criança, porque, além do excesso de ácido carbônico resultante da respiração, acumulam-se princípios orgânicos exalados pelos pulmões e pela pele a que Bouchardat denomina miasma fisiológico, causa muito freqüente de moléstias infecciosas, como o crupe, o tifo, etc...».⁹³ A presença constante e numerosa do escravo na casa, especialmente quando a serviço das crianças, reduzia a sanidade da família. Antes peça indispensável ele tornava-se agora número indesejável. Sua existência, até então sinal de conforto, convertia-se em ameaça de doença. Essa versão médico-política do escravo coincidia com o movimento econômico que tendia a suprimi-lo da cena social. Com efeito, o hábito de ter escravos no serviço doméstico foi sendo dificultado pelas mudanças econômicas e culturais por que

92. Sá, Miguel Antonio Heredia de. *Algumas reflexões sobre a cópula, onanismo e prostituição do Rio de Janeiro*, 1845, p. 13.

93. Vieira, José Cipriano Nunes. *Higiene da primeira infância*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1882, p. 25.

passava o Brasil. Desde a extinção do tráfico negroiro os escravos tornaram-se mais caros e mais difíceis de obter. A família adaptava-se mal a esta situação. Habituada, desde muito, a depender do trabalho servil mostrava sua inépcia em acompanhar a evolução social. A higiene, apontando o escravo como um mal, reforçava a ordem econômica, ensinando a família a prescindir dele. Transformando a necessidade em virtude, os médicos tornavam o inevitável, desejado.

Culturalmente, a renovação europeia dos costumes também recebeu apoio semelhante. Os europeus recém-chegados ao país tinham em comum com os brancos nativos o mesmo desprezo para com os negros. Mas, além disso, trouxeram consigo a repulsa e intolerância ao convívio próximo com eles. O tipo de preconceito racial existente na Europa não suportava com a mesma facilidade brasileira o contato com negros e mestiços. Este fator, somado à ideologia filantrópico-liberal que reprovava a escravidão, afastou o negro dos serviços das casas.

Depois de D. João, a exclusão dos escravos do serviço doméstico tornou-se índice de bom-tom e de costumes civilizados. As famílias de primeira linha, aristocratas portuguesas e burgueses estrangeiros, só admitiam serviçais brancos.⁹⁴ Os brasileiros, levados a competir em prestígio e enobrecimento de modos com os europeus, começaram a dispensar seus negros e a contratarem preceptoras e governantas estrangeiras encarregadas de civilizarem seus modos, educarem seus filhos, europeizarem suas casas. A proximidade com os escravos diminuiu, quando não foi de todo evitada. A medicina engrossava o caudal da reeuropeização, responsabilizando os negros pela perpetuação dos hábitos incultos e maneiras rudes dos senhores.

Ao cabo de algum tempo, estas freqüentes acusações acabaram por envolver o escravo num halo de maldade e corrupção, desfigurando por completo sua velha imagem. O negro pré-higiénico, considerado sob o ângulo da pequena unidade doméstica, ameaçava tanto a família quanto o cão de guarda. Suas incorre-

94 Prado, J. F. de Almeida, op. cit., p. 218.

ções eram punidas; seus defeitos, modelados; sua eventual rebel- dia, domada. Em geral, um breve treino bastava para submetê-lo à crueldade ou à tirania do dono.⁹⁵ Os senhores temiam apenas sua força física. Quando seguros da superioridade neste terreno, lidavam com ele, sem especiais medidas de segurança.

A medicina refinou o poder negro, fazendo-o portador de uma força incoercível, a força da doença e da imoralidade. A casa branca viu-se, de repente, invadida por um inimigo de cuja presença jamais suspeitara. O escravo promiscuo tornou-se seu espantalho. Fantoche médico, ele foi manipulado das mais diversas formas, sempre com o objetivo de desequilibrar a família através da estratégia de tensão que resultou na edificação do «intimismo».

O «intimismo» familiar teve parte de suas origens neste movimento de retração do ambiente, por medo. Medo dos hábitos coloniais que a higiene tratava como se fossem hercúleos soldados da doença.

No caso dos escravos isto é visível. A nova força doentia de que foram dotados funcionou como espelho da fragilidade do poder patriarcal. Tal como foi apresentada ela era irreduzível à tradicional punição. Para subjugá-la, só havia duas soluções, ambas médicas: ou evitar absolutamente o contato fazendo desaparecer o escravo, ou estabelecer sobre ele o jugo disciplinar proposto pela higiene.

Taticamente a medicina parece ter preferido esta última hipótese. Manter o escravo significava dispor de mais um trunfo na guerrilha contra a família clássica. Por esta razão se entende a posição ambígua dos médicos com respeito à escravidão. Embora criticando-a violentamente, a maioria deles omitia-se de

⁹⁵ Bem entendido, fazemos referência a posição do escravo doméstico urbano, cuja situação anômica, perdido e afastado dos companheiros, no isolado trabalho de uma casa, não permitiu o mesmo desenvolvimento da consciência de revolta que, por momentos, caracterizou os mestiços e negros livres da cidade ou os escravos do campo. Esta constatação não deve ser confundida com a representação ideológica corrente, fruto do mais puro racismo, que divulgou a idéia de que o negro era submisso e conformista por natureza.

pedir claramente seu fim.⁹⁶ O escravo nefasto era útil à medicina. Sua existência mantinha aceso o terror da doença. E, qualquer que fosse a tática de combate empregada para domesticá-lo, a consequência era inevitavelmente a mesma: fortalecimento das ligações entre os membros do grupo de parentesco estrito.

A renovação familiar teve como pano de fundo essa concentração de interesse dos indivíduos uns pelos outros, na luta contra o ambiente inimigo. Interesse que trouxe para o centro do campo visual fatos, objetos e sentimentos absolutamente periféricos à percepção colonial. A urgência em combater o mal pouco a pouco levou os indivíduos a abandonarem suas seculares preocupações. Ao invés das rotinas religiosas e de subsistência, a casa passou a regular seu tempo e seu espaço para atender à higiene. Exemplo típico foi o cuidado com a indumentária.

Item material de segunda importância na habitação antiga, a roupa agigantou seu valor no séc. XIX. Os médicos tornaram-na um cavalo de batalha na luta pela implantação de seus princí-

⁹⁶ Confirmando o senso comum, também neste caso, a regra tinha sua exceção. Exemplo lúcido é o belo discurso abolicionista de Gomes Jardim. Embora preso aos incontornáveis preconceitos da época, este autor dá mostras de uma convicção libertária absolutamente ímpar e raramente encontrada entre seus pares. De seu texto reproduzimos uma pequena parte suficiente para dar a medida de seu valor: «Diz-se: «Eles são preguiçosos; não tem temperança; são devassos;» seja assim, porém que mal resulta para nós? E por ventura um motivo para os escravizar, para os ir roubar ao seio da sua pátria, arrancá-los dos braços de sua família para os encadear e arrojá-los para climas remotos, obrigados (...) a regarem com seu sangue uma terra abrasadora, suportando mil privações sem recompensa alguma? Diz-se também: «Eles não tem leis, nem verdadeira religião». (...) A própria religião serve de máscara e pretexto à ambição desenfreada e à sede das riquezas.

«Embora venham com todos os seus argumentos especiosos para apoiarem a escravidão; em nosso pensar ela é injusta, bárbara e contra a natureza. Lançam mão da civilização como a argumentação mais poderosa, e ficam muito satisfeitos de si dizendo, que foram arrancá-los do estado selvagem para os civilizar. Triste raciocínio! Por ventura será a escravidão um meio que conduza à civilização! (...) A civilização, que ensina a igualdade, que proclama a virtude, poderá usar para seus fins da desigualdade e do vício?».

No autor, a consciência liberal é assumida até o limite da coerência. *Igualdade, pátria e família* não deveriam ser privilégio da burguesia branca. Posição bastante diversa da dos outros higienistas.

Jardim, David Gomes. op. cit. p. 2.

pios: «Bem difícil é hoje e talvez mesmo baldado trabalho, censurar ou aconselhar esta ou aquela vestimenta, quando os homens se lançam nos perniciosos braços da moda, levado pelo desejo de agradar, ou pelo ridículo espírito de imitação. Se eles, tendo em vista só as suas necessidades e o seu bem-estar, atendessem ao fim para que nos vestimos, não usariam indistintamente desta ou daquela forma de vestido; mas elas variariam conforme o clima e estações, segundo o sexo, a idade, o temperamento e profissão de cada um». ⁹⁷ O autor descrevia e analisava, então, a «matéria das vestimentas» (linho, algodão, palha, pelos, peles, sedas, penas); as «propriedades inerentes a estas matérias (caloridade, eletridade, higrometricidade, textura, cor); a forma e adequação às partes do corpo (vestimentas próprias à cabeça, pescoço, tronco e extremidades) e, finalmente, a correta variação do uso de roupas, conforme as estações do ano e a periodicidade diurna e noturna.

O preciosismo classificatório, o conjunto de regras rígidas, a exagerada atenção dada às minúcias do vestir revelavam o aproveitamento médico das antidas leis que regulavam o uso do vestuário. As «Pragmáticas» coloniais delimitavam a liberdade no uso das roupas, em função dos interesses do Estado e da posição social dos indivíduos. Em 1748, a legislação real estabelecia: «a nenhuma pessoa de qualquer graduação e sexo que seja, passado o tempo abaixo declarado, será lícito trazer em parte alguma de seus vestidos, ornatos, enfeites, telas, brocados, fitas, galões, galancins, passamanes, (...) ou qualquer outra sorte de tecido ou obra em que entrar prata, nem ouro fino, ou falso (...). Toda pessoa que usar de alguma das coisas proibidas do presente capítulo, perderá a peça em que se achar transgredido: pela primeira vez será condenada a pagar vinte mil réis; pela segunda, quarenta mil réis e três meses de prisão, e pela terceira vez pagará cem mil réis e será degradada por cinco anos para Angola». ⁹⁸

97. Jardim, Gustavo Gomes. *Algumas considerações acerca das vestimentas*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1849, pp. 6-7.
98. ver: Luiz Edmundo, op. cit., v. 2, pp. 297-298.

Concomitantemente com a defesa do Estado, as interdições visavam a ordenar a distinção entre os grupos: «Por ser informados dos grandes inconvenientes, que resultam nas conquistas da liberdade de trajarem os negros e os mulatos, filhos de negro, ou mulato, ou de mãe negra, proíbo aos sobreditos, ou seja de um, ou de outro sexo, ainda que se achem forros, nascessem livres, o uso não só de toda a sorte de seda, mas também de tecidos de lã finos, de holandas, esguiões e semelhantes, ou mais finos tecidos de linho, ou de algodão, e muito menos lhes será lícito trazerem sobre si ornatos de jóias, nem de ouro, ou prata, por mínimo que seja ele...». ⁹⁹

As «Pragmáticas» tentavam impedir o desperdício de ouro e prata, o eventual contrabando desses metais preciosos através de tecidos e também desestimular todo desenvolvimento econômico que pudesse advir da produção em grande escala de tecidos e roupas.

No caso da plebe, além dos objetivos descritos acima, as proibições visavam a atender às reclamações de religiosos e moralistas. Estes últimos viam no luxo corruptor não só a marca da soberba, como no caso dos escravos, mas a marca concreta de costumes sociais realmente depravados. As famílias que possuíam «negros de ganho ou aluguel» muitas vezes permitiam ou incentivavam a prostituição dos escravos, retirando lucros daquelas atividades. A escrava bem vestida era o estigma visível do pecado e da imoralidade familiar. ¹⁰⁰

No séc. XIX a higiene retomou o arcabouço primitivo das «Pragmáticas» e renovou-o com as penalidades normalizadoras. A proteção ao Estado, a distinção de classes, a catequese moral continuaram a existir, inseridos, contudo, na planificação higiénica da vida e, correlativamente, na alimentação do capitalismo europeu.

O primeiro efeito da «terapêutica e da profilaxia» do vestuário foi o aumento do comércio de roupas. A família que,

99. *Ibid.*, p. 299.

100. Benci, Jorge. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*, 2ª ed., Porto, Livr. Apostolado da Imprensa, 1954.

anteriormente, só se preocupava com o traje quando saía às ruas, passou a consagrar maior atenção ao modo como se vestia em casa. O cuidado em adequar a roupa ao clima, às idades, aos sexos etc. ampliou, consideravelmente, o consumo destes artigos.

O segundo efeito reverteu, sobretudo, em benefício dos médicos que viam a família reestruturar sua nova situação de classe recorrendo a pressupostos higiênicos. A preocupação com a forma sadia do vestir distanciou definitivamente a família de elite dos demais estratos sociais. O controle higiênico da veste era privilégio dos que dispunham de recursos para adquirir a diversidade de roupas prescritas pela medicina. Os pobres estavam automaticamente excluídos deste comércio. O descuido com a indumentária íntima, antes partilhado por ricos e pobres passou a ser exclusividade dos últimos. A casa burguesa ganhava outra aparência. Seu interior já não não apresentava o aspecto desordenado de outrora. As elites distinguiam-se da plebe, não apenas pelo dinheiro, situação social ou cor de pele, mas pela docilidade com que se sujeitavam às receitas sobre o uso de roupas.

A higiene, ao mesmo tempo em que plantava mais um enclave no ventre da família promiscua, oferecia-se como emblema de diferenciação social. Os senhores começaram a ver em seu vestuário higiênico, saudável e cuidadoso, a marca de classe que os distinguia dos subalternos. A intimidade começava a merecer respeito. Novos objetos, novos gestos, novos rituais vinham enriquecê-la. Vestir a roupa adequada no momento certo implicava também não adotar posturas completamente aleatórias. Certas atitudes, como sentar no chão, como costumavam fazer as mulheres, foram proscritas, pois não se harmonizavam com o estilo da indumentária mais complexa. Tornaram-se incômodas, grotescas ou pouco elegantes. Junto com a indumentária, os indivíduos vestiam-se com as regras da civilização européia. Regras que defendiam tabus e preconceitos quanto à exposição de certas partes do corpo ou manifestação de certo tipo de contato físico. Homens, mulheres e crianças que nunca haviam sentido vergonha em exibir na intimidade barrigas e torsos cabeludos, peitos e coxas e até mesmo os órgãos sexuais,

como no caso das crianças, começaram a envergonhar-se de seus hábitos e impedir que eles se reproduzissem.

Pela mesma razão, estas partes anatómicas começaram a ganhar um outro relevo sentimental, notavelmente ligado a idéias de imoralidade. A nudez foi cada vez mais se identificando com a indecência e com os maus modos. Indumentária, indecência e má-educação em breve constituíram um trinômio cujos termos reenviavam permanentemente, uns aos outros, a mensagem de controle higiênico. Pois era em nome da saúde que essas significações se estruturavam. Era para preservar os filhos das doenças que os pais controlavam sua educação e seus desvios morais. A roupa tornava-se mais uma ponte entre a família e a medicina. E, também, mais um motivo de adensamento do interesse dos pais sobre filhos, maridos sobre mulheres e de cada um destes indivíduos sobre eles próprios.

Controlando o vestuário, as pessoas aprendiam a esmiuçar, reconhecer, caracterizar pormenorizadamente os detalhes de seus corpos e dos corpos dos outros. Na medida em que a roupa deveria adequar-se à idade, sexo e «temperamentos», a atenção dada a estas particularidades físicas e sentimentais aumentou. Crianças que eram vestidas de modo mais ou menos indistinto viram acentuadas as singularidades de sua faixa etária. Mulheres e homens, procurando adaptar as vestes às ocasiões, estações e temperamentos começaram a notar, cada vez mais, suas imperfeições físicas. As diferenciações mínimas de gosto passaram a ser exaltadas. A escolha da roupa passou a ser ocasião de hesitações, discussões, reflexões sobre o físico, ponderações sobre «o moral», enfim, de renovação permanente do controle e do interesse da família sobre ela mesma.

Ao lado destes aspectos, a indumentária foi usada na fabricação higiênica da família através de seu parentesco com a moda. O conteúdo dado ao termo moda pela higiene restringia-se quase exclusivamente à evolução da sociabilidade mundana e do vestuário. Quase todas as teses médico-higiênicas reprovavam impietosamente a moda pelos males que ela causava, sobretudo às mulheres e crianças. A mulher era acusada de curvar-se aos ditames da moda, sacrificando sua saúde e a de seus filhos. Os pais eram igualmente admoestados quanto ao perigo de vestirem

incorretamente seus filhos, prejudicando-lhes o bom desenvolvimento físico e moral. A higiene, ao mesmo tempo em que estimulava a modernização dos costumes, condenava a moda qualificando-a de anti-higiênica, de imitação insensata dos hábitos europeus. Este episódio, aparentemente intrigante, deixa-se explicar quando convenientemente situado nas táticas médicas do poder.

Toda mensagem da propaganda higiênica insuflava a família a abrir mão dos antigos hábitos em troca das formas de viver européias. No entanto, esta incitação à mudança detinha-se nas fronteiras da moda.

O primeiro sentido do repúdio à moda liga-se à ascese de costumes que a burguesia pretendia contrapor ao comportamento perulário dos aristocratas. É útil relembrar que a maioria dos médicos brasileiros inspirava-se nos trabalhos científicos de seus pares europeus, especialmente os franceses. Na França, os projetos de criação de uma medicina social estiveram estritamente unidos à concepção de um Estado democrático contrário às injustiças do poder aristocrático absoluto.¹⁰¹ Entre os valores que compunham o ideário da revolução médico-democrática figurava a noção do indivíduo austero, contido, que deveria aprender a moderar todos os seus excessos, desde aqueles dos instintos até os do vestuário.¹⁰² A moda, com seu caráter fútil e supérfluo, evocava o despêdício e a opulência aristocráticos, comportamentos diretamente opostos ao ideal de ascetismo burguês.

A esse sentido genérico, superpõe-se um outro, nascido de circunstâncias específicas, diretamente ligadas ao momento histórico brasileiro. Neste nível, a condenação da moda articulava-se com a formação do perfil físico burguês e com o nacionalismo que a ideologia médico-social destilava em sua cruzada higiênica, como será visto posteriormente.

101. Peter, Jean-Pierre. Le grand rêve de l'ordre médical en 1770 et aujourd'hui, in *Autrement*, Paris, 1976, n.º 4.

102. ver: Jos van Ussel, op. cit.

Entretanto, um terceiro sentido, menos palpável mas não menos concreto, determinava a existência da representação da moda como um mal a ser debelado. A tentativa higiênica de construir uma nova intimidade familiar desestruturou as relações da casa com o universo social. O recato com que a família abordava e se deixava abordar pela cidade foi atacado pela medicina a serviço da urbanização e do Estado. A família perdeu sua timidez, rompeu a couraça e abriu-se ao convívio com os estranhos. No entanto, a medicina social deu-se conta, logo em seguida, que essa porosidade tinha que ser bem dosada. A família incontinentamente exposta à rua diluía o que se buscava concentrar: a intimidade.

A casa antiga mantinha reclusos seus ocupantes pelo receio dos perigos físicos e pelos tabus morais que a higiene desmoralizou com seu saber científico. Esta reclusão obrigava a família a uma convivência perniciosa e constante com os subalternos, que impedia o exclusivismo sentimental entre pais e filhos. O risco agora era inverso. Os indivíduos, uma vez libertos, corriam o perigo de entregar-se a um mundanismo sem freios, igualmente nefasto ao estabelecimento de relações íntimas, duráveis, consistentes. A sociabilidade deveria encontrar um meio termo entre a estabilidade sentimental dos novos vínculos familiares e a cumplidade com os interesses da cidade e do Estado. A higiene procurou encontrar este equilíbrio, construindo mapas de saúde por onde a família podia trafegar sem comprometer sua sanidade. Esta geografia médica tentava codificar e sinalizar higienicamente o espaço de sociabilidade que surgia no horizonte familiar, em substituição aos antigos locais de encontro e celebração.

Com a urbanização, as velhas formas de sociabilidade coletiva foram sendo destruídas pelo desuso ou pela repressão. As festividades religiosas lentamente desapareceram em meio à intensa secularização dos costumes. Os festejos leigos, como o «entrudo carnavalesco» ou outras comemorações negras e populares foram sendo reprimidos em nome da civilização e da ordem pública. As autoridades político-policiais difundiram a idéia de que estas festas eram bárbaras e vulgares, além de propiciarem a explosão de atos violentos por parte de capoeiras, ciganos, negros e vagabundos de toda sorte. Em vez dos encontros

coletivos, traços de união entre ricos e pobres, a sociabilidade moderna preconizava as reuniões privadas, exclusivas, discriminadoras de gostos segundo as classes. Tais eram os bailes, teatros, jantares e recepções.

A higiene caucionava este movimento. Aconselhava mesmo que as jovens fossem educadas de molde a satisfazer essas exigências: «É de grande utilidade a cultura das belas artes, a música, desenho e poesia, a leitura de romances e folhetins, de certas obras de imaginação, a freqüentação de assembléias numerosas, bailes, espetáculos, onde as paixões são exprimidas com arte, graciosidade e bom gosto (...), convém deitar tarde e levantar-se cedo; conservar uma extrema liberdade em todos os movimentos para poder entregar-se sem constrangimento à dança...»¹⁰³

Contudo, havia uma maneira correta e saudável de participar da «festa burguesa». A adesão descontrolada a esta sociabilidade trazia prejuízos à convivência familiar. Nestes locais de festa transitavam aventureiros, homens cultos e «charmosos», que se vestiam, falavam, jogavam e dançavam com elegância e perfeição. As mulheres, deixando-se seduzir pelas «galantes travessuras desses indivíduos espirituosos», tornavam-se adúlteras, destruíam seus lares, levavam à infelicidade seus filhos e maridos.¹⁰⁴ Os médicos faziam um jogo duplo: por um lado, mostravam o mundo como fascinante; por outro, como perverso. Procuravam demonstrar que para abordá-lo era preciso prudência, mas, sobretudo, ciência. A imoralidade e o sofrimento espreitavam os incautos, prontos a tragá-los. A cidade burguesa que, através da higiene, ia sendo saneada de pestes e epidemias, via-se agora, através da mesma higiene, contaminada por uma infinidade de misérias morais.

A moda era um destes focos higiênicos de infecção moral da sociedade. O amor à moda transtornava as mulheres, tornando-as relapsas e irresponsáveis. Entregues a sonhos e devaneios

103. Mello, José Tavares de, op. cit., pp. 20-21.

104. Coutinho, José Lino. *Cartas sobre a educação de Cora*. Bahia, Typografia de Carlos Poggetti, 1849, p. 19.

românticos só pensavam em satisfazer seus volúveis prazeres. Esqueciam-se, assim, que o dever fundamental da mulher era a conservação de sua saúde e da saúde dos seus filhos. Por esta razão, a condenação à moda era mais veemente quando se tratava de criticar a conduta da mulher grávida ou da que devia amamentar: «Nada é talvez mais fatal às mulheres pejudadas, do que o domínio das modas, quando sobre elas influe. (...) Submetidas ao rigor da moda, apertam-se com seus coletes para encobrir o desarraio, que a prenhez ocasiona em seu talhe, e convencidas de que devem satisfazer todos os seus caprichos, lançam-se imprudentes na voracidade de suas fantasias, ignorando que assim cavam a ruína do inocente fruto que trazem em seu ventre. Arrastadas ao turbilhão de prazeres entregam-se a eles com furor: cantam, dançam, usam indiscretamente de alimentos que lhes não convêm, e muitas, prestando-se sem a menor relutância a seus gostos depravados, vão buscar em substâncias nocivas os princípios nutritivos, que devem servir ao crescimento do feto».¹⁰⁵

No mesmo tom, lamentava um outro médico que as mulheres, desprezando as vestimentas simples e higiênicas, «com elas atiram para um canto para tomar as arrochadas barbatanas, coletes, espartilhos e almofadinhas, pois que os olhos da imaginação estão somente alumando da que já ouve o murmurinho do baile, o belo tocar da música, uma passagem da Gargalhada, da Favorita ou Semiramis, e então entram nas salas das sociedades brilhantes acobertando com estas ostentações vaidosas o seu estado aliás tão sublime e digno: donde resultam estas compressões que acarretam os seios e ventre aumentados de volume em tal tempo; ingurgitamento de seios; dispnéias, perturbações da circulação, susceptibilidade nervosa maior, incômodos mais fortes de estômago, simpatias em maior escala desafiadas, circulação fetal embaraçada e outras moléstias que pesam sobre os prejuízos da humanidade».¹⁰⁶

105. Mello, Joaquim Pedro de, op. cit., p. 4.

106. Portugal, Antonio Nunes Gouvea. *Influência da educação física do homem*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1853, p. 10.

⇒ Criticando o comportamento, não das grávidas, mas da mulher que não queria amamentar e, por isto, entregava seus filhos às escravas, afirmava o higienista: «E isso (amamentação pelas escravas) somente pelo desleixo daquela que de mãe só tem o nome; daquela que não duvida sacrificar seu filho para gozar de todos os prazeres, para livremente poder assistir a espetáculos, bailes, etc.; que não duvida passar noites inteiras entregue à dança, ao canto e a mil outros passatempos; mas que não pode velar uma só hora junto daquele que vem dar-lhe o sagrado título de mãe, que vem firmar o amor do esposo, e que faz enfim as delícias de uma verdadeira mãe».¹⁰⁷

É evidente que a crítica à moda estava intimamente ligada ao projeto de redefinição da mulher enquanto mãe, e da criança enquanto investimento do Estado, em sua política de expansão populacional. Teremos ocasião de voltar a analisar mais detidamente estes aspectos. Entretanto, perseguindo o veio da reconstrução moral da cidade pela higiene, vê-se que a moda tornou-se a pedra de toque da perversão do mundo.

Christopher Lasch observou a importância que esse tipo de manobra teve no reforço da intimidade familiar. Mostrar o mundo como antro de perdição ou, deliberadamente, acentuar os riscos de assalto ao pudor e outras violências morais foi um meio eficaz de retirar a família da promiscuidade da rua e voltá-la para o interior do lar.⁰⁸ Os médicos, ao criarem a nova maldade do mundo, buscavam convencer a família de que só eles conheciam a maneira sadia de penetrar seus caminhos. O mundo obscuro, moralmente destrutivo foi inventado para criar na família terror ao exterior e ternura pelo convívio íntimo. Este artifício desacelerava o movimento da sociabilidade que parecia fugir ao controle médico.

A crítica higiênica da moda foi um capítulo na estratégia de cerco à família por meio de ameaças externas. O objetivo era fazê-la recuar, enroscar-se, buscar em sua intimidade o antídoto contra os vícios livremente flutuantes no espaço social. E, como

107. Meirelles, Zeferino Justino da Silva, op. cit., p. 14.

108. Lasch, Christopher. What the doctor ordered, in *The New York Review*, 11 de dezembro, 1975, pp. 50-54.

consequência, aumentar a pressão moral dos indivíduos uns sobre os outros. Pressão que se fortalecia para compensar a ausência de impedimentos físicos e culturais que se interpusessem entre a família e o exterior.

Com o desaparecimento de rótulas, alcovas e ante-salas, com a progressiva abertura da casa ao contato com os estranhos, com o crescente intercâmbio entre a casa e a rua, o controle moral sobre os indivíduos tornou-se mais intenso e violento. Antes, o grupo todo sofria os mesmos rigores do isolamento pela generalizada proibição de sair e receber e pela disposição arquitetural da residência. O pai, com o auxílio da religião, fazia pesar sobre todos os membros as mesmas interdições.

O exemplo mais ilustrativo desta situação nos é fornecido pelos «manuais de civilidade» e pelo «diretórios cristãos». Estas obras encarregavam-se, nos tempos coloniais, de regular os costumes e usos sociais através das interdições religiosas. Ex-pressão da época, estes manuais, além de mais rigorosos em suas proibições, desestimulavam quase por completo a sociabilidade mundana. Num destes «diretórios críticos», lê-se: «Não toques, nem deixes tocar de pessoa diferente do teu sexo»; «Jamais admitas em tua casa jogos, serões, assembleias, comédias, óperas e festins, nem visitas de pessoas em que domina o espírito do mundo»; «Veste com moderação, gravidade e limpeza, segundo o teu estado, não te deixando dominar das modas do século, onde respira a vaidade, o luxo, e não o espírito de Jesus Cristo»; (...) «Foje como da peste à leitura de livros maus e perigosos; tais são não só os que abertamente atacam a nossa Sagrada Religião revelada, e que ensinam erros contra o depósito da fé, mas todos os que contêm doutrinas novas, opostas à venerável tradição... (...) Tais os que abrem caminho à corrupção dos costumes, ao espírito de libertinagem e incredulidade, à perturbação da tranquilidade dos Estados, ao desprezo do estado eclesiástico».¹⁰⁹

109. Diretório cristão, que facilita a oração mental, o modo de ouvir a Santa Missa, visitar a Igreja, e Via-Sacra: preparar para confessar e comungar, fazer novena de N. Senhora, e das Almas; e que propõe ditames breves e sólidos para alcançar a perfeição cristã, in Silva, Mariz Beatriz Nizza da, op. cit., pp. 93-94.

Com o advento da higiene a situação modificou-se: a família não só podia, como devia expor-se ao mundo. Mas sob a mira do controle do médico, que era flexível, versátil, distribuidor de responsabilidades e não apenas monopolizador de proibições. Antes, mulheres e crianças partilhavam o mesmo estatuto de irresponsabilidade. O homem, o pai, concentrava o poder de discernir o certo e o errado, o bom e o mau. Agora, as discriminações começavam a existir. Cada indivíduo deveria apresentar responsabilidades proporcionais ao sexo e a idade. As proibições genéricas foram perdendo sentido. O que era impedido a um, não o era necessariamente a outro. A avaliação do proibido e do permitido aumentou em complexidade e sutileza.

Como resultado, cresceu também a margem de erro nestas avaliações. A transformação dos antigos males físicos e espiritual em mal moral levou a probabilidade de desentendimento entre os membros da família. A estes, era mais fácil ter um ponto de vista comum com relação ao perigo que representava uma epidemia ou um pecado, inequivocamente estipulado pelo catolicismo, que adotar uma mesma visão sobre as doenças morais. A frequência mais constante a bailes, o vestido mais ousado e afrancesado, a dança mais frenética, uma hora a mais, uma hora a menos numa reunião, todos estes fatos, sob a óptica higiênica, poderiam ser facilitadores de doença. Mas, como fazer com que os indivíduos chegassem a um acordo sobre o que era «mais frequente», «excessivamente ousado» ou «moralmente inadequado»? A avaliação do teor de «bem» e de «mal» nestes assuntos variava infinitamente. O pai ciumento poderia condenar a dança da filha e o decote da mulher em nome dos mesmos princípios higiênicos. A filha, contrariada pela escolha do parceiro de casamento pelos pais, também poderia servir-se dos mesmos princípios para reclamar seus direitos sentimentais. Ambos percebiam a ambigüidade dos argumentos higiênicos e, por isto mesmo, tendiam a reagir uns aos outros contrapondo seus próprios desejos.

As velhas regras do certo e do errado, exclusivamente dependentes de Deus e do pai, caíam por terra. O controle higiênico era microscópico, detalhado, improvisado. Não havia um código claro, permanente, que orientasse o sentido das proibi-

ções. A higiene deu margem a este jogo de variações infinitas. Quase toda atividade humana podia ser potencialmente mórbida. Simultaneamente, quase toda conduta tornou-se um tesouro virtual de ação terapêutica. Tudo era ao mesmo tempo sadio e doente. A sabedoria consistia em dosar os excessos, revitalizar os meios termos. Era praticamente impossível à família acompanhar a velocidade criativa dos médicos. Onde acreditava acertar, errava; onde pensava errar, tinha acertado. O medo produzido pelas constantes ameaças de doença não era proporcional à aquisição das regras do bem-estar. A família desequilibrava-se e buscava um denominador comum para seus acordos e conflitos. Nesta procura, recorria cada vez mais aos médicos. Estes últimos, sempre à mão, aproveitavam cada consulta para resolver certos problemas e deixar plantados os germes de novas dificuldades. Observando os efeitos do que eles próprios criavam, reforçavam a convicção de que a prática confirmava a teoria. Acreditavam que, em todos estes momentos, intervinham como solícitos portadores de neutras soluções científicas.

Progressivamente, a família reenclausurava-se. Mas, desta vez, incorporando à sua intimidade a presença médica. Este fator distinguia o recente enclausuramento de seu congêneres colonial. A plataforma em que se ergueu o «intimismo» doméstico era diferente das razões que determinavam o confinamento da família antiga. Na Colônia, a família temia o mundo, mas sentia-se a vontade no interior da casa. Em sua fase higiênica, já não podia dispor desta tranquilidade. Tudo em seu interior era fonte de corrupção física e moral: a insalubridade, os escravos, o vestuário, etc. A solicitação mórbida externa somava-se, agora, a interna. A retração da família tornou-se bifronte. Miasmas de dentro e de fora contraíam-na incessantemente. Os vícios do mundo e as doenças da casa estreitavam o espaço do convívio sentimental e físico permitidos.

Perenemente em estado de alerta, os indivíduos passaram a sentir e a agir como fiscais de higiene. A casa converteu-se em local permanente de inspeção de saúde, controle de doenças e militância moral. O modelo de regulação disciplinar, sinuosamente, invadia seus interstícios. Cada intervenção normativa regulava e servia de exemplo a novas ações de controle. O

escravo corrupto reclamava o casal atento; o filho sadio, a mãe amorosa; a casa higiênica, a família íntima; o mundo depravado, o indivíduo íntegro e assim sucessivamente. Pouco a pouco, a família modulava-se segundo o código médico. Contração e disciplina progrediam juntas. A contração era necessária, pois, quanto menor o número de indivíduos, mais econômico e eficaz o controle. A disciplina, por sua vez, caminhava *pari passu* com a amplificação médico-higiênica dos males morais da cidade. O círculo higiênico fechava-se. A coação médica evoluía e, no curso do tempo, passou a ser experimentada como um bem. Com o hábito disciplinar integrado ao cotidiano, os indivíduos já podiam chegar a acordos momentâneos que lhes permitiam usufruir das respectivas presenças com maior tranqüilidade. A intimidade tornou-se o momento de repouso na luta contra o mundo mórbido e a promiscuidade doentia. Fiscais e aliados fundiam-se.

Vagrosa e seguramente, a família, conduzida pela atenção benevolente do médico, fazia de seus laços e de sua casa aquele ambiente «doce e encantador» tão solicitado pela higiene.¹¹⁰ Seu grande corpo latifundiário, patriarcal, teológico foi estacelado. Inicialmente expulso da casa antiga para a cidade moderna; em seguida, recalçado e reintroduzido no novo lar íntimo, higienicamente reorganizado. No convívio interno, reduziu seus prolongamentos e aproximou seus membros, constituindo a *família nuclear*. No convívio externo, aprendeu pelo medo a rearticular suas ligações com o mundo. Em vez de absorver, antropofagicamente, o ambiente social, desenvolveu um metabolismo seleto, bem regulado, assimilando certos fatos, rejeitando outros, mantendo seu equilíbrio pela obediência às leis de saúde. Aprendeu, igualmente, a depender da cidade, do todo social. A não mais considerar-se auto-suficiente, nem querer para si essa

110. Barros, José Joaquim Ferreira Monteiro de. *Considerações gerais sobre a mulher e sua diferença do homem, e sobre o regime que deve seguir no estado de prenhez*. Tese Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845, p. 8.

tarafa, quando já podia utilizar a divisão social do trabalho. Seu contato com o mundo tornou-se mais orgânico, menos onipotente. A família converteu-se, de grande corpo sócio-econômico, em *célula da sociedade*.

Por sua extensão e por seus elos com o ambiente o grupo familiar colonial jamais poderia existir enquanto um simples núcleo circunscrito à casa. O despotismo patriarcal não teria se mantido, caso seu poder tivesse sido reduzido ao domínio da mulher e dos filhos. A sobrevivência econômica, política e cultural assim o exigiam. O núcleo familiar foi obtido por uma verdadeira fissão da parentela antiga pelo bombardeio médico. O adensamento dos vínculos entre os membros da família estrita corresponde à reaplicação, sobre estes novos objetos, da energia retirada às anteriores relações. Este reinvestimento, no entanto, não é apenas um mero expediente metafórico, calcado em imagens dinâmicas, mecânicas ou energéticas. Ele traduz uma realidade visível.

Concretamente, as famílias opuseram-se com vigor a toda mudança que viesse lesar seus interesses. A maneira de dissuadi-las, de forçá-las a abdicar do antigo poder foi demonstrar que os novos investimentos eram mais lucrativos. Os médicos, em troca da aceitação da higiene, ofereciam promessas de progresso material. Com a diversificação econômica do país, certas habilidades profissionais tornaram-se mais lucrativas que a exploração da mão-de-obra desqualificada. Na cidade, um filho saudável e educado valia mais que dois escravos. Em vez do dinheiro ser gasto com escravos, ele devia ser gasto em educação e saúde. A higiene ensinou a família a aplicar com discernimento parte de seu capital. E, também, a administrar competentemente sua nova aplicação. O dinheiro pago a professores, médicos, preceptores e governantas tinha que ter retorno. Os desvios físicos e morais dos filhos desperdiçavam os investimentos. O extraordinário desenvolvimento do «intimismo» deveu-se, em parte, a essa reorientação do capital doméstico. Os pais disciplinavam-se para dar exemplo aos filhos, a fim de que estes, bem formados, engordassem a riqueza familiar. Estas técnicas de administração de bens foram se aperfeiçoando e paralelamente produzindo efeitos não esperados.

A higiene, inicialmente, excitou a atenção dos indivíduos para com suas próprias particularidades físicas e morais com o propósito explícito de combater a doença. A teoria da inter-relação entre o físico e o moral permitia essa oscilação do olhar médico do corpo ao sentimento. Toda lesão física repercutia sobre a emoção e vice-versa. A noção de «paixão» estabelecia o vínculo material e teórico entre os dois fenômenos e legitimava a extensão da ação médica ao comportamento e às emoções. As manifestações emocionais costumavam provocar desequilíbrio orgânico, ameaçando a saúde. A *ira*, por exemplo, podia matar, provocando «hemorragias, flegmasias intensas, apoplexia e convulsões». ¹¹¹ O *zelo* (ciúme), dizia o autor deste mesmo texto, «ocasiona um espasmo geral, diminui a atividade de todas as funções e dá origem à dissimulação e à inveja, esta sombra rival do mérito, que não procura senão rebaixar as virtudes de outrem». ¹¹² O *medo*, por seu turno, determinava «uma contração geral das forças no epigastro, perturbava todas as funções e quase sempre motivava graves desordens; os cabelos se eriçam e há impossibilidade até de articular». ¹¹³ Quanto à *cólera*, seus acessos traziam sempre os «danos que se seguem do embaraço da respiração, e à concentração do sangue, e a um abalo geral em toda a economia». ¹¹⁴

Além dessas manifestações, por assim dizer, «agudas», havia uma patologia dos estados crônicos ou permanentes. Trabalhava-se de manifestações mais estáveis que ora poderiam ser assimiladas ao que, modernamente, seria tomado por uma síndrome psiquiátrica, ora identificadas ao que poderia ser chamado de traços de personalidade: «Não aventuramos certamente um paradoxo, quando asseveramos que as afecções vivas ou paixões, quer *expansivas*, quer *deprimidas*, são sempre nocivas à economia animal. A cada página se lêem testemunhos desta verdade nos autores que têm tratado desta matéria, dos quais poderíamos extrair os fatos de inumeráveis mortes já instantâneas, já

111. Mello, Joaquim Pedro, op. cit., p. 97.

112. *Ibid.* p. 38.

113. *Ibid.*

114. *Ibid.*

conseqüência de um lento e molesto definhamento causado por teimosos *desgostos* e *raladoras aflições*; limitar-nos-emos a declarar que a *moderação* em muitas nos dá gozo e prazer, que fazem a felicidade do homem neste mundo: e que se excedem a um certo limite traço pela razão, e consentâneo com a imperturbabilidade que deve presidir ao desempenho de nossas funções animais, elas se tornam a causa da aceleração da circulação quando *expansivas*, e o sangue enviado com maior energia para a periferia, no cérebro pode determinar congestões, e a apoplexia fulminante, e trazer a morte instantaneamente; pode determinar a exudação nas mucosas que forram diversas cavidades, que por sua perda excessiva tragam consigo o marasmo e a morte; pode determinar a ruptura de algum vaso considerável como algum dos torácicos ou abdominais, ocasionar o congelamento, e a apoplexia pulmonar: pode também produzir a ruptura ou a cessação dos movimentos do coração depois de uma forte sistole, e em resultado vir a morte, pode determinar as febres, aneurismas, polippos do coração, manias, etc... mas se consideramos as *deprimidas*, seus fenômenos são outros, e os seus resultados talvez mais terríveis. Nas *pessoas pusilânimes* começa por perturbar a digestão, as secreções e excreções, por um contínuo incômodo, e depois por aperto do coração: a circulação se faz morosa, deprimem-se as faces, a boca sente-se amargosa, há anorexia, constrição do esôfago, que algumas vezes é muito forte e incômoda, sobrevêm febres lentas, a tísica, o marasmo, uma multidão de enfermidades, pelo que o *médico deve exercitar-se em ler no mostrador do coração* os arcanos que o pudor, a honra, a pusilanimidade ou o crime buscam em não ocultar aos olhos de um atento e versado fisionomista. Debalde ele esgotará os socorros que a arte prescreve, se não procurar destruir as raízes do mal, ele irá em crescimento, e influenciando sobre toda a economia, terminará por aniquilar as forças vitais e físicas, e inevitável será o formidável termo, depois de uma existência de dor e de amarguras, cujo fim em muitos casos se afastaria por influxo de meios proporcionados». ¹¹⁵

115. Jaime, Manoel Ignacio Figueiredo, op. cit., pp. 4-5.

O cuidado com a saúde física produziu um imenso acréscimo de atenção para o psiquismo. Os pais ciosos do valor que os filhos tinham para o equilíbrio familiar começaram a valorizar sentimentos anteriormente regulados pela homeostase punitiva, ou simplesmente abandonados ao descontrole, pois não ocupavam nenhum posto de importância no universo doméstico. Os menores movimentos do corpo, do intelecto e da moral passaram assim a ser observados, anotados, controlados. Mas, à medida em que as minúsculas imperfeições eram registradas, as pequenas virtudes também emergiam e se davam a conhecer. O «amor, a amizade, a gratidão, o patriotismo», por exemplo, contrabalançavam todos estes efeitos morbíficos das paixões.¹¹⁶

A exaltação higiênica do corpo, da casa, da educação, em defesa da saúde, desenvolveu na família uma acuidade que ela não possuía. Refinando seus instrumentos de ausculta, em breve ela foi capaz de ouvir ruídos aos quais era totalmente surda. Através da captação preventiva da manifestação mórbida, a família iniciava-se, ao mesmo tempo, no prazer da descoberta dos fios de saúde. Entre o medo de agressões físicas e morais, o cuidado com o investimento de capitais e o fascínio pelo universo sentimental, o «intimismo» proliferava e enraizava-se. A atenção atomizada, focalizada na vigilância específica e adequada a cada pessoa fez crescer geometricamente o valor do indivíduo de sua história físico-emocional. A maneira como o indivíduo tinha sido tratado na sua infância era determinante de suas qualidades corporais e morais quando adulto. Uma criança submetida a uma má amamentação; a uma alimentação insuficiente; à falta de exercício; a um regime anti-higiênico do vestuário; ou, ainda, a castigos brutais; à falta de amor paterno e materno; ao medo provocado por histórias de «fantasmas, duendes, lobisomens» etc...¹¹⁷ seria um adulto fraco de caráter, pusilânime, possuidor de uma saúde física e moral extremamente precária. Uma criança bem cuidada, pelo contrário, tornar-se-ia o perfeito adulto higiênico.

¹¹⁶. Ibid., pp. 8-22.

¹¹⁷. Mello, Joaquim Pedro de, op. cit., p. 37.

Com isto, montava-se um sistema de interpretação da conduta humana em que a causalidade interna, dependente do indivíduo e de sua história, determinava em grande parte, senão com exclusividade, suas aspirações, comportamentos, adaptações e desvios. Certas expressões sociais ou emocionais dos indivíduos, antes totalmente despercebidas ou aferidas segundo os cânones religiosos, começaram a ser vistas como fruto da imprevidência educativa por parte de sua família. Uma enorme faixa de condutas foi, deste modo, encampada pela «interioridade», alçada, desde então, à categoria de princípio explicativo das ações pessoais. A literatura urbana exprimiu com riqueza essa concepção da individualidade que, maximizando a importância das características psicológicas, reforçava, ao mesmo tempo, a fascinação pelo «intimismo». Aluísio Azevedo, em *Casa de Pensão*, compreende e explica o caráter de seu personagem, Amâncio, como uma deformação gerada por sua história familiar e educativa: «Sua pequena testa, curta e sem espinhas, margeada de cabelos crespos, não denunciava o que naquela cabeça havia de voluptuoso e ruim. Seu todo acanhado, fraco e modesto, não deixava transparecer a brutalidade daquele temperamento cáldo e desensofrido.

«Amâncio fora muito mal educado pelo pai, português antigo e austero, desses que confundem o respeito com o terror. Em pequeno levou muita bordoadia;... (...)

«Aos setes anos entrou para a escola. Que horror!

«O mestre, um tal de Antônio Pires, homem grosseiro, bruto, de cabelo duro e olhos de touro, batia nas crianças por gosto, por um hábito de ofício.

«Os pais, ignorantes, viciados pelos costumes bárbaros do Brasil, atrofiados pelo hábito de lidar com escravos, entendiam que aquele animal era o único professor capaz de «endireitar os filhos».¹¹⁸

Em *Senhora*, Alencar descrevendo o comportamento social do herói, Seixas, afirmava: «Havia nessa contradição da consciência de Seixas com a sua vontade uma *anormalia psicológica*

¹¹⁸. Azevedo, Aluísio. *Casa de Pensão*, Rio de Janeiro, Tecnoprint, s/d., pp. 22-23.

(grifos meus) da qual não são raros os exemplos na sociedade atual. O falseamento de certos princípios da moral, dissimulado pela educação e conveniências sociais, vai criando esses aleijões de homens de bem»¹¹⁹

As hesitações e ambiguidades de Aurélia, a heroína, eram vistas sob o mesmo ângulo: «Esse fenômeno devia ter uma razão psicológica, (grifos meus) de cuja investigação nos abstermos, porque o coração, e ainda mais o da mulher que é toda ela, representa o caos do mundo moral. Ninguém sabe que maravilhas ou que monstros vão surgir desses limbos».¹²⁰

A conduta social e emocional começava a ser explorada e explicada psicologicamente. Ao mesmo tempo, a interioridade era pintada como um imenso reservatório de surpresas e matizes sentimentais. O psiquismo deixava de ser habitado pela grosseira dicotomia do mal e do bem, da graça e do pecado, de Deus e do diabo. A alma higiênica era incomensuravelmente mais fina que a alma colonial. Diluía-se em infinitos mistérios, anseios indizíveis, lembranças evanescentes; em movimentos frágeis, balbuciantes que se desfaziam quando tocados. Ou, inversamente, em monstros abissais, em instintos perversos, em paixões desordenadas que compunham o painel das «anomalias psicológicas». O literato não ousava abordá-la; o leigo, ignorava tudo dela. Só o médico conhecia os caminhos desse labirinto. Só ele sabia que meandros davam acesso à sua quinta-essência. Pois, em meio a esse emaranhado, jazia algo de autêntico, puro, revelador da verdadeira norma do ser e do viver: «Naquele dia, pois, satisfazendo o seu desejo, falei-lhe pela primeira vez do meu *verdadeiro eu*, (grifos meus) das minhas esperanças, das minhas afeições, dos meus sonhos.»¹²¹

O verdadeiro eu, o «eu romântico», começou a fascinar a família higienicamente acossada por perigos morais, rivalidades sentimentais, competição econômica e social, enfim, pela vertiginosa obsessão do corpo, do sexo e do psiquismo. No verdadeiro

eu, correlato emocional da verdadeira saúde, parecia residir a chave do sucesso pessoal e familiar. Na corrida para descobri-lo, as famílias precipitavam-se nos braços dos médicos que, solicitadamente, respondiam a estes pedidos. Distribuíam conselhos e consultas, remédios e exortações. Instalavam-se nas famílias, faziam-se desejados. Saíam do ostracismo colonial e impunham a figura simpática do «médico de família», ainda hoje tão chorada pelos nostálgicos.

Entretanto, não se deve imaginar essa introversão físico-sentimental da família como uma dança macabra, uma descida aos infernos. O peso da repressão «intimista» foi atenuado por certos ganhos secundários. Do primeiro deles, foram beneficiários, sobretudo, mulheres e crianças que se livraram do obtuso despotismo do pai, para girarem na órbita do despotismo esclarecido dos médicos. O homem, por seu turno, foi premiado com um novo tipo de submissão das mulheres, criado pelo médico; a submissão, pelo amor, ao marido, aos filhos e ao lar.

O outro tipo de ganho resultou de um compromisso. Medicina e família, enquanto se batiam, foram chegando, aos poucos, a um acordo. A primeira tiranizava a segunda, que se deixava dominar, mas em troca da participação no próprio poder médico. Após capitular diante da medicina, de reconhecer o valor do corpo e da moral sadia, a família passou não só a consumir como a difundir serviços médicos. De consumidora passiva, passou a produtora e comerciante. Começou a produzir seus próprios médicos. Começou a enaltecer sua figura. Alterou o sentido de seus investimentos: em vez do «filho-padre», o «filho-doutor». O «médico de família» foi uma vitória da higiene; o «filho-médico» foi um tratado de armistício entre os dois poderes. Apropriando-se do médico, o grupo familiar não mais se opôs à higiene. Pelo contrário, ajudou-a a expandir-se, pois já estava participando dos seus lucros.

Finalmente, um terceiro prêmio foi dado à família em troca de sua sujeição. A submissão da família à cidade foi imposta em nome do corpo, da raça, da classe e do Estado. Esta dimensão coercitiva, no entanto, foi temperada pela criação de um novo mito da função social do grupo familiar. A instituição senhorial devia perder seu antigo poder mas para ganhar um papel bem

119. Alencar, José de. *Senhora*, Rio de Janeiro, Tecnoprint, s/d., p. 118.

120. *Ibid.*, p. 122.

121. Alencar, José de. *Lucíola*, Rio de Janeiro, Tecnoprint, s/d., p. 160.

mais nobre e grandioso. O corpo e a «alma» higiênicos deixavam o exíguo espaço da casa, para se projetarem no imenso espaço do Estado. A medicina social insistia em mostrar que a saúde do Estado estava para a família assim como a saúde de um filho estava para a de uma mãe. A instituição da família nuclear era a *cellula mater* da sociedade.

Desde então, famílias e mais famílias começaram a imagnar-se responsáveis pela ordem e desenvolvimento do Estado. A idéia de criar filhos para a nação já não mais era repelida. Os cônjuges deixavam a mesquinhez de suas pequenas tarefas, de suas pequenas necessidades, para se inserirem no grande trabalho de construção do povo e do Estado brasileiros. Amor à família e amor ao Estado começavam a identificar-se.

Política, econômica e socialmente esta identificação foi facilitada pela propaganda nacionalista. Do ponto de vista do discurso científico, a coincidência de interesses foi reforçada pela ficção da conaturalidade supostamente existente entre família e Estado. A medicina colaborou intensamente no enriquecimento desta última força.

O Estado, segundo os médicos, além de pai dos povos, apresentava-se como um corpo natural, uma entidade orgânica de que a família era, simultaneamente, apêndice e útero. Ele era um composto simples, linear, harmonioso, onde as partes integravam o todo através de uma solidariedade espontânea e necessária. Não havia, nem poderia haver heteronomia entre família e Estado, mesmo porque ambos faziam parte de uma mesma unidade, a humanidade. Enfatizando este conceito a higiene dava a entender que as instituições sociais não eram uma realidade histórica, mas uma pura abstração do espírito analítico: «É a família o elemento mais simples a que a abstração pode chegar na contemplação do organismo social. A Família, a Pátria e a Igreja não representam grupamentos distintos, porém graus diversos da mais vasta e complexa existência coletiva — a Humanidade, à qual todos estão unidos por laços indestrutíveis».¹²²

122. Barbosa, Adolpho Alves Simões. *Higiene da primeira infância*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1882, p. 13.

O estranho tornava-se familiar. A cidade nova e o Estado inimigo reconciliavam-se com a família através da humanidade. Humanidade cuja natureza era, ao mesmo tempo, infraestrutura e superestrutura de toda vida social. Infraestrutura porque representava a própria existência biológica das espécies; superestrutura porque dependia da evolução ética da sociedade. Seu crescimento e progresso estavam, portanto, em relação direta com o aperfeiçoamento físico e moral dos indivíduos. Sem fisio-nomia social definida, ela estava presente em todos os lugares e em cada sujeito. Sua vida e sua morte dependiam de tudo e de todos. Toda boa ação higiênica contribuía para seu aperfeiçoamento; toda infração aos preceitos médicos, para sua destruição. Sua essência resumia a verdadeira natureza humana em sua dupla versão física e moral. A humanidade exigiu, por conseguinte, um novo código de comportamento.

Se, no período pré-higiênico, os crimes estavam indissociavelmente referidos à lei do soberano, à lei do pai ou à lei de Deus, agora eles também podiam ser julgados à luz de novos preceitos e de uma nova lei; a lei da humanidade, a lei do *homem*: «Seja estadista ou artista, médico ou advogado, professor ou operário, é preciso primeiro que tudo (e é esta a melhor garantia da ordem na sociedade) que o *homem seja homem*, (grifos meus) isto é, que tenha consciência da sua missão, do grau de utilidade que tem para os seus semelhantes.

«A igualdade moral dos homens proclamada pelo Redentor, corresponde à igualdade das leis que regem a sua natureza física (grifos meus).

«Atentar contra esta dupla igualdade, estabelecida pela natureza e revelada por Jesus Cristo, é crime, crime que desgraçadamente os mais religiosos e os mais ilustrados cometem».¹²³

Este *homem*, como é visível, pairava acima de classes e raças. Sua existência permitiu aos higienistas falarem de humanidade, dando uma dupla conotação ao termo: a de espécie bioló-

123. Armonde, Amaro Ferreira das Neves. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro e de sua influência sobre a saúde*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1874, p. 37.

gica, a *raça*, e a de organização política, o Estado. Os crimes contra o Estado poderiam, em consequência, converter-se em atentado à *raça* e vice-versa. O ilegal e o «antinatural» confundiam-se, fundiam-se, formavam a matriz teórica do anormal que autorizou a medicina higiênica a converter-se em ortopedia moral ou *medicina do comportamento*.

Num certo sentido, foi a consciência de pertencer a uma «humanidade» mais vasta, mais ampla que ultrapassava o simples «feudo» patriarcal, a simples cidade colonial ou o puro Estado nacional, que favoreceu a docilidade com que a família sujeitou-se à higiene. O contrato liberal não apenas impediu que, por respeito aos direitos do homem, a autonomia individual fosse atingida pela justiça e, por conseguinte, tivesse que ser regulada pelos instrumentos normalizadores. O liberalismo-escravista, em sua versão médico-social, também difundiu a idéia de que esse homem e essa humanidade existiam e que cada indivíduo era responsável por sua salvação ou perdição, conforme o trato que desse a seu corpo ou à vida de sua prole. Assumindo essa representação de seu papel social, cada família tornou-se sacerdote da natureza, catequista da humanidade, missionário da saúde, cruzado do Estado. Cada indivíduo passou a querer desempenhar melhor que o outro, através de seu corpo e de sua moral, a função de legítimo herdeiro e guardião da saúde da humanidade. Humanidade evidentemente assimilada à burguesia, primeira classe histórica a pretender impor universalmente seus valores. Humanidade que não poderia ter sido concebida no seio do poder aristocrático, que sempre lutou por isolar a camada de sangue azul das demais camadas sociais. Humanidade, enfim, que no caso brasileiro surgia tanto mais grotesca e caricata quanto pretendia estabelecer sua suposta universalidade sobre uma imensa maioria de negros e mestiços escravos mantidos fora dela, no reino da animalidade.

De qualquer forma, quaisquer que tenham sido os benefícios extraídos pela família de sua colaboração com a medicina ou submissão à higiene, deles resultaram uma crescente «intimização» e «estatização» dos indivíduos. A higiene acoplou seus próprios interesses aos do Estado e aos da família, produzindo indivíduos extremamente preocupados com sua intimidade física

e emocional. Também os ajudou a se desprenderem de suas raízes familiares extensas para colocá-los, sozinhos, face ao mundo e a este espaço absolutamente saturado de cuidados físicos e sentimentais que é a família nuclear. Fracionando as velhas relações de «casta», religião e propriedade, a medicina higiênica preparou a família para acomodar-se e participar na criação dos valores de classe, corpo, raça e individualismo, característicos do Estado burguês.

Foi neste âmbito que a educação e a conservação das crianças ganhou a importância que tem até hoje. Foi por esta via que os pais modificaram suas relações com os filhos e a família passou a ser vista, até períodos bem recentes, como local exclusivo de proteção e cuidados da infância.